



Com pouquíssimos adendos, o Novo Ensino Médio foi aprovado

No dia 20 de março, a Câmara de Deputados aprovou a reforma do ensino médio. Coube ao ex-ministro da educação do governo Temer, deputado Mendonça Filho, a responsabilidade de manter a coluna vertebral do Novo Ensino Médio. E coube ao atual ministro da Educação, o petista Camilo Santana, o papel de caçar brechas para incluir um ou outro aspecto na reforma educacional privatizante.

Durante um ano e três meses, direções sindicais e estudantes se submeteram às negociações infrutíferas e à chamada pressão parlamentar para que pontos-chave rejeitados pelos professores e estudantes fossem excluídos. Mas, sem uma poderosa campanha nas ruas e com paralisações das escolas, os métodos adotados pelas direções sindicais resultaram em fracasso.

Isso ocorreu porque a disposição de luta demonstrada pelos estudantes e professores no início do governo Lula, sob a bandeira de “Revogação do Novo Ensino Médio (NEM)”, foi abortada. Basta lembrar os protestos em março do ano passado, convocados pelas entidades estudantis e sindicatos da educação, que bloquearam a Av. Paulista, exigindo de Lula a revogação a reforma educacional do governo golpista de Temer. Manifestações como essa ocorreram em várias capitais do país.

Havia um movimento nacional, mas que foi contido em nome da defesa da governabilidade de Lula. Inicialmente, substituído pela farsa de uma “Consulta Pública online”, promovida pelo MEC. Chamou atenção a baixa participação de um setor que envolve milhões de estudantes e professores. Eis: “pelo canal criado no aplicativo de mensagens WhatsApp, foram ouvidas 139.159 pessoas, das quais 102.338 estudantes; 1.075 jovens que não se identificaram como estudantes; 30.274 professores; e 5.480 gestores. Também responderam on-line mais 11.024 pessoas, pela Plataforma Participa + Brasil”. No início de agosto, o ministro da Educação entregou ao Congresso Nacional as sugestões de mudanças e o pedido de integrar especialistas à comissão de parlamentares, que apresentaria o relatório final.

Essa política do governo Lula de submeter as reivindicações dos estudantes e trabalhadores da educação ao Congresso Nacional, arrastou as direções dos movimentos para a política de conciliação de classes. As lutas nas ruas ficaram para trás e o Novo Ensino Médio ficou a um passo de ser aprovado definitivamente, o que ocorreu agora no final de março.

A Câmara de Deputados aproveitou o momento em que as denúncias do golpe de 8 de janeiro escandalizavam os partidos de centro-esquerda e aprovou o relatório de Mendonça Filho, contendo a essência da contrarreforma de Temer.

OS PILARES DO NEM FORAM MANTIDOS

A manutenção dos três aspectos vitais da contrarreforma de Temer e de seu ministro, Mendonça Filho, assegurou o objetivo para qual foi proposto o NEM. Ou seja, expandir a privatização para a educação básica pública, onde concentra a grande maioria de estudantes e professores, enfatizando sua etapa final, o ensino médio. Eis:

1. Continuidade da expansão do ensino a distância

A formulação aprovada contém a manobra que permite continuar com a expansão do ensino a distância. Diz: “A carga horária destinada à formação geral básica deve ser ofertada de forma presencial, admitido, excepcionalmente, ensino mediado por tecnologia, com base em regulamento a ser elaborado”. Os governistas pretendiam proibir o uso do ensino a distância nos componentes curriculares da Formação Geral Básica (FGB) e admitiam o uso em situações específicas para os itinerários formativos. Essa brecha apresentada permitiu a aprovação do ensino a distância, com a ressalva de existir uma justificativa. Para os privatistas, as justificativas nunca faltam quando o propósito é o seu avanço.

2. Avanço das parcerias público-privadas

Para a Educação Profissional Técnica (EPT) e o itinerário técnico, reafirma-se um dos artigos da Lei 14.113 (FUNDEB), que admite o “cômputo de uma segunda matrícula aos estudantes de escolas públicas atendidos concomitantemente por instituições de educação profissional técnica de nível médio dos serviços sociais autônomos (Sistema S)”. Portanto, parte do NEM pode ser por meio de parcerias público-privado, o que não significa que tem de ser unicamente pelo Sistema S.

3. Contratação de profissionais não vinculados à educação

Uma das reivindicações do movimento social contra o NEM foi e é o rechaço ao “notório saber”. No entanto, a Câmara aprovou a contratação de profissionais sem formação pedagógica para lecionar na EPT. O que atende a um dos pontos vitais da contrarreforma educacional de Temer.

Esses três aspectos reafirmam o conteúdo privatizante do Novo Ensino Médio. O ensino a distância, as parcerias público-privadas e o notório saber constituem a essência da contrarreforma de Temer. Os demais pontos que receberam algum ajuste não dizem respeito aos interesses dos capitalistas da educação, que necessitam expandir seus negócios na área educacional. Embora tenham concentrado na EPT, esses

três pontos aparecem na FGB, por meio da compra de plataformas digitais, formação dos professores, da via do ensino a distância e das aulas de expansão destinadas ao período noturno, como ocorre em São Paulo.

PROPOSTAS DOS GOVERNISTAS

Os proponentes da contrarreforma aceitaram pouquíssimas propostas dos governistas. Propostas que não feriam o objetivo do NEM. Citamos duas:

1. Sobre as disciplinas obrigatórias e itinerários formativos

O relator Mendonça Filho aceitou o ajuste da distribuição das horas/aula entre as disciplinas obrigatórias e as dos itinerários formativos. Para isso, os representantes do governo Lula tiveram de ceder no que se refere ao ensino técnico. A proposta inicial era de 2,1 mil horas para a parte do currículo comum a todo estudante, prevalecendo as 2,4 mil horas para a Formação Geral Básica, mas no ensino técnico valeu a decisão do relator: 1,8 mil e 2,1 horas, dependendo da carga horária do profissionalizante.

2. Sobre o ensino do espanhol

Os governistas pretendiam incluir o espanhol como língua obrigatória, mas a Câmara de Deputados não aprovou a existência de duas línguas estrangeiras. Manteve a obrigatoriedade da língua inglesa e o espanhol ficou como disciplina facultativa, dependendo de decisões de governantes. Os governistas acabaram engolindo essa manobra do relator. Na realidade, a inclusão facultativa é o mesmo que excluí-la.

CONCLUSÃO

Agora, a contrarreforma do ensino médio foi encaminhada para ser votada no Senado e, finalmente, sancionada pelo governo Lula. Tudo foi feito para que não haja nenhum obstáculo para sua implantação definitiva. Lula e Camilo Santana já disseram que não farão alterações no projeto aprovado, alegando que o NEM não poderá sofrer mais atrasos em sua implementação, prevista para 2025.

As entidades estudantis e as direções dos sindicatos da educação, que inclui a Confederação Nacional dos Trabalhadores (CNTE), poderão lamentar um ou outro aspecto do NEM, mas nada farão depois de aprovada. Da parte do ministro da Educação, que não é contra a reforma de Temer, a aceitação da carga horária para a Formação Geral Básica já foi considerada uma vitória. Para os milhões de estudantes e os milhares de professores do ensino médio, a aprovação significou a vitória das forças privatizantes que se alojam no Congresso Nacional. No entanto, assinou, mais uma vez, que a política das direções estudantis e sindicais de desmontar os protestos de rua e se voltar ao Congresso Nacional só tem trazido derrotas. Foi o que se passou com a reforma trabalhista, previdenciária e, agora, com o Novo Ensino Médio. Torna-se cada vez mais evidente o quanto a política de conciliação de classes é um câncer que tem de ser extirpado dos organismos dos trabalhadores. E o quanto é vital a defesa da independência de classe e os métodos próprios dos explorados, as manifestações de rua, greves e ocupações.

A vanguarda com consciência de classe está diante de direções reformistas-conciliadoras, que não fazem outra coisa senão se debruçar em torno às mesas de negociação infrutíferas com o governo. O governo, apesar dos discursos voltados aos pobres que dependem da educação gratuita, está empenhado em cortar gastos com os serviços essenciais, para cumprir seu objetivo central, que é cum-

prir com o pagamento dos juros e amortizações da gigantesca dívida pública. A contrarreforma da educação tem essa finalidade, reduzir a responsabilidade do Estado para com a educação pública, entregando parte dela à iniciativa privada. E até mesmo cortar verbas constitucionais, como faz o governador ultradireitista, Tarcísio de Freitas. Está aí por que a tarefa é expulsar a burocracia sindical dos organismos de luta, dos sindicatos e das entidades estudantis.

A Corrente Proletária/POR vem mostrando que a política do PT e de seus aliados está em choque com as reivindicações vitais de defesa da educação pública. Assinala que vivemos o período de crise estrutural do capitalismo, e que nenhum governo burguês, seja de direita ou reformista, poderá impor reformas em favor da maioria oprimida. Ao contrário, o que estamos assistindo é a destruição de antigas conquistas dos trabalhadores. E não há outro caminho a não ser trabalhar para que toda experiência negativa, como essa que ocorreu, seja um passo no amadurecimento da consciência de classe da maioria explorada; que seja mais um passo no caminho da distinção entre os métodos praticados pelas burocracias sindicais e os métodos próprios dos trabalhadores, entre sindicatos e direções sindicais, entre reivindicações vitais e pleitos dos capitalistas e seus governantes. Trata-se de um trabalho valioso, pois permite avançar as lutas pela independência política e organizativa.

Nesse sentido, a Corrente Proletária impulsiona uma plataforma de luta, que tem os seguintes pontos centrais:

A revogação de todas as contrarreformas de Temer e Bolsonaro: trabalhista, previdenciária e o Novo Ensino Médio;

Rechaça a reforma administrativa, que está em vias de ser aprovada no Congresso Nacional;

Defende todas as conquistas dos trabalhadores da educação, que inclui as conquistas dos milhões de estudantes;

Luta pela reposição das perdas salariais e pela elevação do valor do Piso Nacional, salário mínimo calculado pelo Dieese de R\$ 6.724,00, por 20 horas semanais;

Rejeita os cortes de recursos à educação, bem como a outros setores essenciais. Não pagamento da dívida pública, que consome metade do orçamento estatal;

Defende um único sistema de ensino, público, gratuito e laico, voltado à produção social. O que implica a expropriação da rede privada, sem indenização, com a estatização, sob controle de quem trabalha e estuda.

Esse conjunto de reivindicações só pode ser arrancado por meio da ação direta, das greves, manifestações e ocupações. E é por meio da luta direta que a vanguarda se aproximará da estratégia de destruição do capitalismo e edificação do socialismo. Estratégia esta que só poderá ser alcançada pela revolução social.

Cabe destacar que a Corrente Proletária possui um programa para a Educação. E chama a vanguarda a discutir e se organizar em torno a esse programa. ■

LANÇAMENTO!

PALESTINA
GUERRA NA FAIXA DE GAZA E
GENOCÍDIO DO POVO PALESTINO

Posição e
resposta do
internacionalismo
proletário

R\$ 40

PALESTINA
GUERRA NA FAIXA DE GAZA E
GENOCÍDIO DO POVO PALESTINO
POSICÃO E RESPOSTA DO
INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

Somente a classe operária e os demais trabalhadores, organizados, unidos e em luta podem derrotar o Estado sionista de Israel, os Estados Unidos e aliados.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.

SOMENTE A CLASSE OPERÁRIA E
OS DEMÁIS TRABALHADORES,
ORGANIZADOS, UNIDOS E EM LUTA
PODEM DERROTAR O ESTADO
SIONISTA DE ISRAEL, OS ESTADOS
UNIDOS E ALIADOS.